



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
PREGOEIROS - PREG

Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Análise Nº 225/2022 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/PREG

ANÁLISE PARA HABILITAÇÃO DE LICITANTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2022 TJ/PI

PROCESSO SEI Nº 21.0.000092800-0

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 56/2022 CPL1(3570602) | TERMO DE REFERÊNCIA Nº 79/2022 SUSEG (3429365)

Licitante: CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA (CNPJ 26.535.662/0002-30)

15.2.1.	CONSULTA A CADASTROS	Referência: Documento SEI ID: 3665600	Análise:
a)	SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores	Pág(s). 01	Atende
b)	Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Portal do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/), compreendendo: Lista de Licitantes Inidôneos, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas	Pág(s). 02/04	Atende
15.2.2.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Pág(s). 05	Atende
15.3.	HABILITAÇÃO JURÍDICA	Referência: Documento SEI ID: 3637249	Análise:
b)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva	Pág(s). 01/32	Atende
15.4.	REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Referência: Documento SEI ID: 3637249	Análise:
a)	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda	Pág(s). 34	Atende
b)	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede do licitante	Pág(s). 35	Atende
c)	Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais, à dívida ativa da União e ao Instituto Nacional de Seguridade Social, por elas administrados	Pág(s). 36	Atende
d)	Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante	Pág(s). 37/39	Atende ^[1]
e)	Prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal	Pág(s). 40	Atende
f)	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas	Pág(s). 41	Atende
15.5.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Referência: Documento SEI ID: 3637255	Análise:
	Conforme documento <i>Análise Qualif. Econ. Financ. Qualif. Técnica - CLA VIG.</i> (Documentos SEI ID 3665697, 3666841).	-	Atende
15.6.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Referência: Documento SEI ID: 3637258	Análise:
	Conforme documento <i>Análise Qualif. Econ. Financ. Qualif. Técnica - CLA VIG.</i> (Documentos SEI ID 3665697, 3666841).	-	Não atende ^[2]
15.7.	DECLARAÇÕES EXIGIDAS	Referência: Documento SEI ID: 3638681	Análise:
a)	Declaração constante em anexo a este Edital (Anexo III)	Pág(s). 01	Atende

NOTAS EXPLICATIVAS

[1] Licitante apresentou entre a documentação juntada no Sistema Compras.gov.br (Comprasnet) Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa e da Dívida Ativa do Município de Teresina/PI (3637249, pág. 39) com prazo de validade vencido (validade até 16/08/2022), considerando como base a data de realização da Sessão Pública (dia 14/09/2022). Conforme disposição 15.8.2. do Edital, os documentos extraídos do SICAF substituem os documentos relacionados no item 15.4. (Regularidade Fiscal e Trabalhista), desde que estejam disponíveis para consulta na data da Sessão Pública e se encontrem dentro do prazo de validade. Desse modo, conforme permissivo do Edital (disposição 15.8.2.) e dos arts. 26, § 2º; 40, inciso III c/c parágrafo único; e 43, *caput*, do Decreto nº 10.024/2019, realizei consulta no SICAF no "Nível de Cadastramento IV" (3665645, pág. 01), a partir de onde extraí o documento atualizado com validade até 16/11/2022 (3665645, pág. 02), constatando sua regularidade. Dessa forma, conclui-se que o Licitante atende à disposição 15.4. *d'* do Edital.

[2] Licitante apresentou Atestados de Capacidade Técnica (3637258) com somatório de quantitativos insuficiente para comprovação da experiência mínima prévia de 03 anos exigida. Conforme consta do documento *Análise Qualif. Econ. Financ. | Qualif. Técnica - CLA VIG*. (Documentos SEI ID 3665697, 3666841), o Licitante comprovou apenas 01 ano e 04 meses de experiência prévia, não cumprindo o requisito de Qualificação Técnica. Desta forma, em razão do não atendimento às exigências das disposições 15.6.2.1., 15.6.2.4. e 15.6.2.7. do Edital, o Licitante resta inabilitado por força da disposição 15.8.6. do Edital.

RESULTADO

Condições de Participação | Habilitação Jurídica | Regularidade Fiscal e Trabalhista |
Qualificação Econômico-Financeira | Qualificação Técnica

NÃO HABILITADO

Licitante NÃO HABILITADO em razão do não atendimento aos requisitos de Qualificação Técnica exigidos nas disposições 15.6.2.1., 15.6.2.4. e 15.6.2.7. do Edital.

Fernando Moura Rêgo Nogueira Leal

Pregoeiro TJ/PI

Teresina/PI, 30/setembro/2022



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Moura Rêgo Nogueira Leal**,
Pregoeiro, em 30/09/2022, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php>
informando o código verificador **3665535** e o código CRC **C3352EBB**.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 26.535.662/0002-30 DUNS®: 920912880
Razão Social: CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **03/03/2023**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 26/10/2022
FGTS Validade: 26/09/2022
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 15/02/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 04/10/2022
Receita Municipal Validade: 16/11/2022

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2023



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 28/09/2022 21:30:53

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA**
CNPJ: **26.535.662/0002-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/09/2022 às 21:31) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 26.535.662/0002-30.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6334.E744.48DD.9460 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/09/2022 às 21:31) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 178.615.003-49.



A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6334.E77A.2C34.5514 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Consulta Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor	DUNS®	
26.535.662/0002-30	CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA	Não consta na RFB 	Credenciado	920912880	
Data de Vencimento do Cadastro	Situação do Nível IV				
03/03/2023	Cadastrado				

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual	Arquivo Comprobatório
<input type="text" value="ISENTA"/>	DOWNLOAD
Inscrição Municipal	Arquivo Comprobatório
<input type="text" value="6062075"/>	DOWNLOAD

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante
 Certidão Decisão Judicial Isenção

Código de Controle da Certidão	Data de Validade	Arquivo Comprobatório
2208052653566200023001	<input type="text" value="04/10/2022"/>	DOWNLOAD

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante
 Certidão Decisão Judicial Isenção

Código de Controle da Certidão	Data de Validade	Arquivo Comprobatório
296189/22-08	<input type="text" value="16/11/2022"/>	DOWNLOAD

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

[VOLTAR](#) [RELATÓRIO](#)

[REALIZAR NOVA PESQUISA](#) [VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL](#)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
COORDENAÇÃO ESPECIAL DA RECEITA DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA E DA DÍVIDA ATIVA DO
MUNICÍPIO**

CÓDIGO DE CONTROLE: 296.189/22-08

CPF/CNPJ: 26.535.662/0002-30

Contribuinte: CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, constam em nome do contribuinte acima identificado somente débitos vincendos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 206 do CTN e art. 362 da Lei Complementar nº 4.974, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados em seu nome, conforme estabelece o art. 457 da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016 (código Tributário do Município de Teresina).

Emissão: Teresina-PI, às 09:08:22 h, do dia 18/08/2022.

Validade: 16/11/2022

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório.

Observações:

- A aceitação desta declaração está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://www.teresina.pi.gov.br>
- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo II, do Decreto nº 11333/2011.

Código autenticidade: 9D9EDE1D5E7FA9D5

Nº Via: 5